



ACTA N.º 2/2013

SESSÃO ORDINÁRIA

Local: Sala de Sessões dos Paços do Município.

Data: 29/04/2013.

Iniciada às 21,00 horas e encerrada às 24,00 horas.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

I. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR

II. INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA

ORDEM DO DIA

I. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA

II. MODERNIZAÇÃO ALENTEJOCENTRAL@2015

III. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO FINANCEIRO DE 2012

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

A sessão iniciou-se com a presença de:

Presidente da Mesa: José Ramalho Ilhéu

Primeiro-Secretário:

Segundo-Secretário: António José Lucena Dias

Membros: Henrique Lopes de Oliveira

Rui Manuel Chilrito Pereira

Ricardo Calixto Borges Cartaxo

Manuel Cerveira Dias

Sara Maria Vidigal Correia

Francisco José Capelas Suzano Rui Filipe Prata Ramos Reynaud Joaquim Manuel Galamba Caeiro

Alexandre Maria Rodrigues Mendonça

Aline Margarida Amaral Batista do Rosário

Presidente da Junta de

Freguesia de Granja Joaquim Bonito Valadas





A)so VI

Presidente da Junta de

Freguesia de Luz Francisco Simão Lopes de Oliveira

Presidente da Junta de

Freguesia de Mourão António José Mendonça Ferreira

A sessão foi presidida pelo Sr. José Ramalho Ilhéu, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e Secretariada por Vítor Manuel Leal Vidigal, Coordenador técnico da Subunidade Orgânica de Recursos Humanos, servindo de Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira.

Feita a chamada verificou-se que faltaram os Srs. Dimas Joaquim Canhão Ferro, José Pedro Pires dos Reis e Manuel José Fernandes Pereira, por motivo considerado justificado.

O Sr. Presidente deu início à sessão com o período de antes da ordem do dia, em cumprimento do artigo 86.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

I - APROVAÇÃO DA ACTA DAS SESSÃO ANTERIOR

O Sr. Presidente da Mesa pôs à discussão a acta da sessão ordinária do dia 28 de Fevereiro de 2013, com dispensa da sua leitura, em virtude de ter sido previamente distribuído o seu texto a todos os membros, tendo pedido a palavra, que lhe foi cedida, os seguintes membros:

O Sr. Joaquim Bonito Valadas para referir que ultimamente tem havido uma certa deturpação das suas intervenções, de que citou alguns casos, das quais uma que considera grave, de autêntica censura, que se refere ao facto de não constar uma única palavra sobre a sua intervenção relativamente ao Centro de Dia da Granja. Mais repetiu que há uma acção discriminativa com foros de autêntica censura, o que não fica bem ao órgão.

O Sr. Rui Pereira para referir que embora falte uma ou outra palavra na acta, o essencial está relatado. É de facto grave fazer acusações de haver censura, quando quem faz a acta é um funcionário idóneo da autarquia, o que é de lamentar.

O Sr. Ricardo Cartaxo para registar que o funcionário que elabora a acta lhe telefonou que havia uma parte da sua intervenção que não se ouvia na gravação e que poderia enviar os comentários que entendesse, mas depois de ler a acta verificou que não seria necessário fazer alterações.



O Sr. Presidente da Mesa para referir que nunca lhe passou pela cabeça censurar seja quem for e dissesse o que dissesse e desafia qualquer funcionário da autarquia, membro da mesa ou da Assembleia que diga que ele tenha dado esta ou aquela ordem ou orientação. Embora a responsabilidade da elaboração da acta seja do Presidente, quem sempre a elaborou é o mesmo funcionário, que depois a envia para apreciação. Mais referiu que repudia qualquer situação de censura seja a quem for e sobre o que seja. Qualquer membro pode propor adendas ou alterações à acta, pelo que o Sr. Valadas pode propor que esta ou aquela intervenção passe ou não a constar da acta e depois a assembleia vota essas propostas.

Não havendo mais objecções ou pedidos de esclarecimento, o Sr. Presidente da Mesa colocou a referida acta à votação, a qual foi aprovada, por maioria, com doze votos a favor e três abstenções dos senhores Joaquim Bonito Valadas, Henrique Oliveira e Ricardo Cartaxo.

II - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a seguir conhecimento da correspondência endereçada à Assembleia Municipal, a qual poderá ser consultada por qualquer membro.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia perguntou se algum membro pretendia intervir, tendo pedido a palavra, que lhe foi cedida, os seguintes membros:

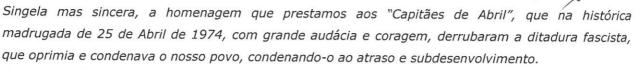
O Sr. Alexandre Mendonça para informar que em Fevereiro pediu, na qualidade de Presidente da Direcção dos Bombeiros Voluntários de Mourão, uma reunião à senhora Directora dos Agrupamentos dos Centros de Saúde do Distrito de Évora, na qual apresentou uma série de situações com actuações divergentes de Centro para Centro e perguntou quais os critérios médicos usados nos Centros de Saúde Reguengos e de Mourão, tendo ela respondido que não tinha entrado à data qualquer reclamação dos utentes. Seguidamente referiu que ouviu na comunicação social que o Sr. Presidente da Câmara cedia viaturas para transportar doentes aos hospitais e outros serviços, o que o apavorou. Então será que não há reclamações porque a Câmara cede transporte gratuitamente?

Mais perguntou quais os critérios utilizados para atribuição dos nomes dos arruamentos e perguntou se há ou não alguma rua com o nome de Marco Paulo, pois sendo ele considerado uma figura pública, deveria ter o seu nome na rua onde nasceu. Mais informou que há poucos dias uma ambulância teve uma avaria em que partiu o motor, estando a tentar pressionar a Mercedes alemã a assumir a sua reparação.

O Sr. Ricardo Cartaxo para ler um documento do seguinte teor:

" A CDU, através do seu representante nesta Assembleia Municipal, saúda: o 25 de Abril no seu 39.º aniversário e 1.º de Maio que decorrerá na p/. 4.ª feira, marcos fundamentais da história do nosso povo e da humanidade.





Saúda também: o 1.º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador.

Dia do Trabalhador, que para além do seu significado histórico, ganha uma renovada importância na luta contra a exploração do homem pelo homem, procurando alargar os direitos dos trabalhadores, por uma sociedade de progresso e justiça social e uma democracia avançada rumo ao socialismo.

Assim: Viva o 25 de Abril, Viva o 1.º de Maio, Viva a Perenidade do Concelho de Mourão, Viva Portugal."

O Sr. Manuel Cerveira Dias para se referir um episódio pouco agradável que foi a publicação de dois artigos em Fevereiro e Março por um cidadão do concelho de Mourão, em que parece ter havido falta de liberdade, num jornal com ligação à autarquia, pelo que a Assembleia deveria esclarecer esta situação, pois esse jornal foi apoiado pela autarquia, com um subsídio de 30.000 euros, como o relatório de gestão indica. Assim solicita ao Sr. Presidente da Câmara que preste os esclarecimentos convenientes, pois o articulista informou que iria recorrer a outros meios para poder continuar a divulgar a sua opinião.

O Sr. Presidente da Câmara para prestar os seguintes esclarecimentos:

- Quando soube de algumas lacunas no funcionamento dos Centros de Saúde reuniu também o responsável distrital e algumas das situações foram melhoradas;
- As reclamações existem todos os dias, mas o que acontece é que ninguém as passa à escrita, logo não há registos dessas mesmas reclamações;
- A Câmara não faz transporte de doentes, pois nem o Município o pode fazer;
- Os nomes dos arruamentos foram atribuídos pelo Executivo depois de ouvida a Comissão Municipal de Toponímia. Todo o trabalho foi desenvolvido para dar cumprimento a uma exigência dos serviços que emitem o cartão de cidadão, em que é necessário que todos os locais estejam devidamente identificados com código postal. Acha pertinente a atribuição do nome de Marco Paulo a uma rua, podendo vir a ser opção numa futura modificação da denominação que porventura venha a ocorrer;
- A reparação da ambulância poderá vir a ter o apoio do Município, à semelhança do que já aconteceu noutras situações;
- Concorda por inteiro com as alusões e saudações feitas ao 25 de Abril e ao 1.º de Maio;
- Nunca teve qualquer problema com o que se escreve nos jornais, e se não respondeu foi porque assim o entendeu, não manda nem faz parte da administração do jornal e nunca deu qualquer ordem para escreverem ou não sobre o que fosse. Assim é um assunto que não lhe merece muitos reparos. Deve assim o Sr. Cerveira Dias inteirar-se junto dos intervenientes sobre o que se passou. Finalmente referiu que nunca mandou calar ninguém





An V

pois não é desse tempo nem foi ensinado assim, e que o Sr. Cerveira Dias está a tempo de se candidatar e fazer o que pretende.

O Sr. Rui Pereira para referir que volta a lembrar que já se passaram vários anos sobre a execução do emparcelamento da freguesia de Luz e ainda há muitas pessoas que não têm as terras em seu nome, o que é inadmissível pese embora os vários apelos que já fez à EDIA e ao Ministério da Agricultura.

O Sr. Joaquim Valadas para lamentar que se tente silenciar alguém que pretende manifestar o seu pensamento por escrito ou verbalmente. Teve conhecimento que houve pressões sobre o Director do jornal e é lamentável que não se tenha ripostado da mesma forma. Terá sido pior a emenda que o soneto pois hoje em dia as redes sociais divulgam tudo. A liberdade de opinião e pensamento estão consagradas na constituição e deveria ter sido dada resposta na mesma forma e linguagem e não de maneira pouco razoável e digna.

O Sr. Manuel Cerveira Dias para referir que nada tem a ver com o problema dos conteúdos mas sim com a liberdade de comunicação, pois é uma vergonha para Mourão o que resulta dos dois artigos publicados e a Assembleia Municipal deveria tomar uma posição pois estão em causa dinheiros públicos e o município atribuiu uma verba de 30.000 euros, como consta da página 53 do relatório de gestão.

O Sr. Alexandre Mendonça para referir que foi o próprio a questionar o senhor director do jornal sobre o assunto, que lhe respondeu que entenderam não publicar artigos de natureza politica pois iria abrir uma guerra politica, deixando de ser um jornal informativo para um jornal politico, o que acha muito bem. Mais referiu que também questionou a pessoa que escrevia para o jornal o qual lhe disse que concordava com aquela posição, pelo que não vê razão para que se faça daqui um problema. Finalmente referiu que deveria ser atribuída à actual Rua de S. João, o nome do ilustre cantor mouranense Marco Paulo, que foi a rua onde nasceu.

O Sr. Francisco Oliveira para referir que este assunto é preocupante, sem por em causa de que lado está a está a razão, mas sim lembrar os tais valores referidos do 25 de Abril e do 1.º de Maio e dos valores democráticos de livre expressão. Não sabe qual a base para chegar aquele texto, mas o certo é que parece haver alguma intenção que leva àquela tomada de posição e a autarquia como grande colaboradora daquele jornal deveria ter especial atenção ao sucedido.

O Sr. Rui Pereira para referir que já foram feitas aqui hoje demasiadas acusações de censura. Da leitura que fez dos artigos considera que o autor escreve bem, agradando a algumas pessoas, mas não pode a Assembleia intrometer-se na vida do jornal, pois seria ainda mais censura, mas no entanto considera que estar a usar o jornal da igreja para fazer campanha eleitoral e fazer acusações graves a quem quer que seja não parece justo.



Hrs. O Sr. Presidente da Câmara para referir que nunca teve qualquer ingerência na vida do jornal e as pessoas são livres de emitir a sua opinião, tanto mais que é amigo da pessoa que escreveu os tais artigos. O apoio agora atribuído ao jornal é o mesmo desde há muitos

A Sr.ª Aline do Rosário para referir que só quem não conhece o senhor director do jornal pode pensar que ele se deixava pressionar por quem quer que fosse, pois ele faz o que pensa ser melhor e mais justo.

O Sr. Presidente da Mesa passou a ler uma proposta de atribuição de um nome de rua, apresentada pelo senhor Alexandre Mendonça, do seguinte teor:

"Proposta de Rua com o nome de Marco Paulo

anos, sem qualquer contrapartida.

1. Eu, Alexandre Maria Rodrigues Mendonça, membro desta Assembleia Municipal pela bancada do Partido Socialista, recomendo que se dê o nome de Marco Paulo, a um dos arruamentos da Vila de

2. Esta recomendação deverá ser enviada ao Executivo Camarário. Mourão, 29 de Abril de 2013."

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou a proposta à discussão, tendo pedido a palavra, que lhe foi cedida, os seguintes membros:

O Sr. Joaquim Valadas para referir que não tem nada contra a proposta apresentada, pois trata-se de uma pessoa de renome e provas dadas de grande artista, mas chama a atenção de que foi criada uma comissão de toponímia, a qual deverá pronunciar-se. Não serve de nada estar a criar comissões para depois estas não produzirem qualquer trabalho.

O Sr. Henrique Oliveira para louvar a preocupação do Sr. Alexandre e lamenta que em vinte anos ninguém se tivesse lembrado do Marco Paulo que bem merece, bem como de outros ilustres mouranenses, e houve muitos, mas não cabe à Assembleia fazer essa aprovação mas sim à Comissão e à Câmara.

O Sr. Manuel Cerveira Dias para referir que a atribuição de nomes de ruas ultrapassa as competências da Assembleia.

O Sr. Presidente da Mesa para esclarecer que qualquer membro da Assembleia tem direito a apresentar propostas, moções ou requerimentos, pelo que à legitimidade na apresentação da proposta em discussão. Estaria a Assembleia a extrapolar as suas competências se estivesse a aprovar o nome de alguma rua, e não a votar uma proposta de recomendação para a qual tem plenos poderes. Mas referiu que a atribuição de nomes das ruas deve assentar em critérios previamente definidos para dar dignidade aos actos.

O Sr. Presidente da Câmara informou que os termos e critérios para atribuição dos nomes dos arruamentos e a numeração de polícia já estão devidamente estipulados no regulamento municipal de toponímia e numeração de polícia que foi devidamente aprovado pela Assembleia e está plenamente em vigor.





Finalmente, não havendo mais objecções ou pedidos de esclarecimento, o Sr. Presidente da Mesa colocou a referida recomendação à votação, a qual foi aprovada, por maioria, com doze votos a favor, um voto contra do senhor Ricardo Cartaxo e duas abstenções dos senhores Manuel Cerveira Dias e Aline do Rosário.

ORDEM DO DIA

I - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para apresentar o que se lhe oferecer, tendo este remetido, no geral, a sua comunicação para a informação escrita, que dada a sua extensão fica arquivada em pasta anexa a esta acta (documento número 2), fazendo parte integrante da mesma, e prestou ainda as seguintes informações:

- Terminou a acção inspectiva ao Município levada a cabo pela Inspecção-Geral de Finanças, de cujo relatório será dado conhecimento oportunamente;
- O Tribunal de Reguengos de Monsaraz informou que em 1.ª instância foi julgada procedente a acção apresentada pelo Município, reconhecendo o direito de preferência relativamente à compra e venda de vários prédios rústicos denominados "Herdade das Amarelas", realizada no dia 7 de Novembro de 2003;
- Vão ser iniciadas brevemente as obras de construção do projecto da LAND RESERVE, na Herdade do Mercador, estando já a ser montado o estaleiro. A caução que o promotor teria de pagar é de 7.511.000 euros, sendo que agora teriam de entregar já 2.721,000 euros, que será paga através da hipoteca e registo de lotes para o Município;
- Estão a ser desenvolvidos contactos junto da empresa a que foi adjudicada a obra no sentido de absorver trabalhadores do concelho;
- Foi também reiniciada a obra na Herdade da Abegoaria;
- Dentro de 15 dias terá uma reunião com o promotor do projecto das Ferrarias, no sentido de resolver pormenores que estão a atrasar o início da obra, já que o Plano de Pormenor também foi aprovado;
- Sobre o Plano de pormenor do investimento da Sonae Turismo informou que está em condições de iniciar mas o promotor ainda não recebeu o financiamento do turismo.

Seguidamente o Sr. Presidente colocou-se à disposição para prestar os esclarecimentos que os membros entenderem necessários, tendo pedido a palavra, que lhe foi cedida, os seguintes membros:

O Sr. Francisco Oliveira para desejar que não aconteça com este investimento o mesmo que se passou com o do Sr. Roquete, no Roncão, e perguntou em que situação se encontra o



Alm Va

processo da Gestalqueva e o que irá acontecer ao projecto previsto para o Posto de S. Leonardo com o fim da Gestalqueva?

O Sr. Joaquim Valadas para perguntar se a Land Reserve entregou ou não a caução.

O Sr. Manuel Cerveira Dias para solicitar esclarecimentos sobre a demora na conclusão do processo do PAEL, depois de tanta pressa na sua aprovação, e quais as perspectivas para a sua conclusão? Mais realçou que a divida a terceiros se eleva 13 milhões de euros e destacou a divida de 700 mil euros à CGA, ADSE e segurança social e que a execução orçamental continua incipiente.

O Sr. Presidente da Câmara para prestar os seguintes esclarecimentos:

- Tem esperança e acredita que o investimento não irá ter o mesmo desfecho que teve o projecto do Sr. Roquete;
- A caução não foi entregue em dinheiro mas sim pelo registo a favor do Município de lotes naquele valor, alternativa esta que a lei permite;
- O primeiro concurso público para venda de 51% do capital da Gestalqueva ficou deserto, mas agora já existe uma proposta para a sua aquisição, a qual via ser analisada na Assembleia de 7 de Maio próximo;
- No posto de S. Leonardo estava prevista a instalação de uma escola de turismo mas depois houve entraves em termos ambientais;
- O processo do PAEL está mais atrasado em virtude da falta de disponibilidade dos trabalhadores municipais para elaboração do processo, por estarem absorvidos em termos de tempo na elaboração da prestação de contas e elaboração de mapas para a Inspecção-Geral de Finanças. O processo está devidamente aprovado, faltando apenas ser assinado o contrato de empréstimo e enviado para visto do Tribunal de Contas.

O Sr. Rui Pereira para perguntar se há alguma informação sobre o encerramento ou não da escola da Luz, uma vez que leu na informação que irá funcionar lá um curso profissional?

O Sr. Francisco Oliveira para referir que numa reunião em que esteve presente ninguém falou no encerramento da escola da Luz, mas já há funcionários a dizer isso, não sabe com que fundamento. Mais referiu que é natural a desconfiança quanto à construção dos investimentos, pois já se viu responsáveis governamentais colocar a primeira pedra e depois nada ser construído.



O Sr. Presidente da Câmara para informar que nessa reunião apenas foi abordada situação do novo curso, o qual no ano anterior por ter sido lançado bastante em cima do inicio do ano escolar, não foi possível levar por diante. Foram então discutidos os apoios e parcerias (Junta de Freguesia, Município, Ministérios da Educação e da Agricultura, Escola, etc) para o novo curso, com uma marca de futuro naquela freguesia, onde se verificam as condições ideais. Nunca esteve em cima da mesa qualquer discussão sobre o encerramento da escola. Finalmente referiu que não pode garantir que o empreendimento seja uma realidade, mas tudo parece encaminhado para que isso aconteça, tanto mais que a caução está entregue.

II - MODERNIZAÇÃO ALENTEJOCENTRAL@2015

Sobre o assunto em epígrafe o Sr. Presidente da Mesa dispensou a leitura da proposta da Câmara Municipal, em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído a todos os membros, do seguinte teor:

"PROPOSTA

Na sequência da deliberação tomada por este Executivo, na sua reunião ordinária de 15 de abril de 2013, cujo teor seguidamente se transcreve, apresentase à Assembleia Municipal a seguinte proposta:

"6. MODERNIZAÇÃO ALENTEJOCENTRAL@2015

Depois do Senhor Presidente ter colocado à discussão a análise da informação relativa ao projeto "Modernização AlentejoCentral@2015", projeto intermunicipal liderado pela Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central e assente numa parceria que engloba os 14 Municípios do Alentejo Central, e por forma a dar resposta à exigência de apresentação de uma declaração de reconhecimento do caráter estratégico e prioritário do projeto, devidamente aprovada pela Assembleia Municipal, o Executivo deliberou, por unanimidade, apresentar à aprovação da Assembleia Municipal a seguinte proposta de deliberação:

"DECLARAÇÃO

A Assembleia Municipal de Mourão, reunida em sessão ordinária, em 29 de Abril de 2013, declara, para os devidos efeitos que:

As intervenções propostas no âmbito do projeto "Modernização AlentejoCentral@2015", irão contribuir ativamente para a melhoria dos serviços prestados pelo Município, quer aos munícipes quer às empresas.

A implementação deste projeto prevê um conjunto de medidas de modernização administrativa, que irão permitir ao Município adaptar os processos internos às novas exigências impostas pela Legislação em vigor e desta forma melhorar a qualidade e eficiência do atendimento ao público.



Face ao exposto, a Assembleia Municipal reconhece um caráter estratégico e prioritário a este projeto, assumindo que o mesmo deverá ser operacionalizado e concretizado no prazo máximo de 24 meses após a contratualização do seu financiamento."

Perante a explicação acabada de fazer espera-se que tenha o Órgão Deliberativo ficado devidamente esclarecido da razão desta proposta e portanto espera-se que a mesma mereça aprovação da Assembleia Municipal."

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia colocou à discussão a referida proposta, tendo pedido a palavra, que lhe foi cedida, os seguintes membros, precedida da seguinte informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

- O projecto que será objecto de uma candidatura a apresentar pela CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, que representa os 14 municípios do distrito, resulta de uma imposição da troika relativamente à modernização do Alentejo, sendo que a partir de Maio entrará em vigor o balcão do empreendedor e o licenciamento zero. Para que a CIMAC possa apresentar a candidatura é necessário que os órgãos municipais reconheçam o carácter estratégico e prioritário do projecto.

O Sr. Ricardo Cartaxo para perguntar qual a amplitude deste projecto, se é só modernização administrativa ou se contempla também outros projectos de desenvolvimento?

O Sr. Presidente da Câmara para informar que a CIMAC já desenvolve outros projectos de desenvolvimento e novas tecnologias como a Banda Larga ou a Agenda 21 Local, nos quais cada município contribui proporcionalmente.

O Sr. Manuel Cerveira Dias para referir que esta proposta não esclarece nada sobre o projecto propriamente dito, apenas se apresenta uma declaração genérica.

Não havendo mais objecções ou pedidos de esclarecimento, o Sr. Presidente da Mesa colocou a referida proposta à votação, a qual foi aprovada, por maioria, com onze votos a favor, um voto contra do senhor Manuel Cerveira Dias, e três abstenções dos senhores Henrique Oliveira, Joaquim Caeiro e Sara Correia, e em minuta.

III - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO FINANCEIRO DE 2012





Sobre o assunto em epígrafe o Sr. Presidente da Mesa dispensou a leitura da proposta da Câmara Municipal, em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído a todos os membros, do seguinte teor:

"PROPOSTA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO FINANCEIRO DE 2012

Em conformidade com o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, "apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas".

Tendo em vista o cumprimento do referido preceito legal e da deliberação tomada por este Executivo, na sua reunião extraordinária, de 18 de Abril de 2012, cujo teor seguidamente se transcreve, apresenta-se à Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º do citado diploma legal, a proposta para apreciar e votar os documentos de prestação de contas do ano financeiro de 2012:

"PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO FINANCEIRO DE 2012

Pelo senhor Presidente foram apresentados os documentos que constituem a prestação de contas desta autarquia, elaborados pela Subunidade Orgânica de Contabilidade e Finanças, os quais relatam com exaustão o exercício do ano financeiro de 2012. Por força do disposto no n.º 1 do artigo 9.º da Lei das Finanças Locais, a Câmara Municipal tem de apresentar os referidos documentos ao órgão deliberativo, para que este os aprecie na sua sessão ordinária a realizar durante o mês de Abril.

Seguidamente referiu-se ao empenhamento e rigor desenvolvido pelos técnicos municipais responsáveis nesta matéria que, com rigor profissional, conseguiram, dentro dos prazos, apresentar os documentos em análise. Reconheceu ainda o esforço desenvolvido pelos trabalhadores municipais que, durante o ano de 2012, se empenharam activamente no cumprimento dos objectivos traçados nas Grandes Opções do Plano.

Ao iniciar a análise dos documentos de prestação de contas da Câmara Municipal de Mourão o senhor Presidente disse que se tratam de documentos que reflectem os aspectos mais relevantes da actividade desenvolvida, pelos Serviços Municipais.

Elaborados, em conformidade com as disposições legais aplicáveis, os documentos de prestação de contas do ano financeiro de 2012 reflectem e descrevem um intenso e importante





trabalho autárquico, traduzido em múltiplas iniciativas, totalmente realizadas ou em fase de desenvolvimento, como é compreensível num processo de trabalho dinâmico e gradual em função de uma estratégia global e coerente para o Município.

Fica a certeza de que as actividades realizadas em 2012 representam um contributo relevante para o desenvolvimento e afirmação de Mourão e como tal os documentos de prestação de contas do ano financeiro de 2012 merecem a aprovação dos órgãos autárquicos.

Finalmente e após demorada análise o Executivo deliberou:

 Aprovar os documentos de prestação de contas do ano financeiro de 2012, documentos que ficam arquivados na pasta anexa a esta acta (documento número sete), fazendo parte integrante da mesma e apresentar os mesmos, sob a forma de proposta, à Assembleia Municipal para que esta os aprecie e vote.

Deliberação tomada por maioria, com quatro votos a favor e um voto contra da senhora Vereadora Anabela Caixeiro.

O senhor Vereador Joaquim Gonçalves apresentou a seguinte declaração de voto:

"Sendo, a Prestação de Contas um documento técnico, após análise do mesmo, e não encontrando erros nos documentos, logo, decidi votar a favor".

A senhora Vereadora Anabela Caixeiro apresentou a seguinte declaração de voto:

"Voto contra o Relatório de Prestação de Contas/Relatório de Gestão referentes ao ano de 2012, por considerar que existem despesas que para além de estarem pouco explicitas no que se refere a algumas rubricas, considero ainda por outro lado que existem despesas que poderiam ter sido evitadas. Por outro lado, considero também que existem irregularidades ao nível da despesa no que concerne às contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e para a Segurança Social - Regime Geral.""

Perante a explicação acabada de fazer espera-se que tenha o Órgão Deliberativo ficado devidamente esclarecido da razão desta proposta e portanto espera-se que a mesma mereça apreciação e votação da Assembleia Municipal."

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia colocou à discussão a referida proposta, tendo pedido a palavra, que lhe foi cedida, os seguintes membros, precedida das seguintes considerações do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

- É um documento tecnicamente bem elaborado, mas que como documento politico dará azo a diversas apreciações consoante a opinião de cada um.
- Para o Executivo é a execução possível perante as adversidades e constrangimentos que são impostos pela administração central, enquanto que para a oposição o mesmo é merecedora de criticas e considerada insuficiente.





O Sr. Francisco Oliveira para referir que não sabe se o documento está tecnicamente bem ou mal elaborado, o que sabe é que o seu conteúdo mostra que os dinheiros não serão bem gastos na vertente social como se apregoa, verificando-se que os montantes gastos com duas ou três associações são demasiados elevados para o que fazem, e recebem mais dinheiros do que as três freguesia juntas, os bombeiros e outras entidades que prestam serviços sociais. Relata que continuam as elevadas dívidas à CGA, ADSE e Segurança Social, e que as despesas com pessoal são demasiado elevadas, as quais poderiam ser reduzidas sem afectar a tal questão social.

O Sr. Manuel Cerveira Dias para referir que serão as últimas contas que apreciará e nada de significativo positivamente evoluiu em relação às anteriores sete, logo os seus documentários não serão agora muito diferentes, e naturalmente o seu voto não se alterará face à politica adoptada e opções assumidas que refletem a gestão. Refere que o relatório não é muito conclusivo e não é apresentado qualquer inventário do património do Município como já é habitual. Em 2011 foi criado um proveito extraordinário para enroupar as contas de 1,6 milhões de rendas da EDP e é estranho que agora vêm anular-se por não ser possível cobrar essa verba. Confirma-se a vertiginosa degradação economia-financeira da Câmara traduzida no seu empobrecimento patrimonial que atinge os 6,6 milhões de uros no último triénio. Se A Câmara empobreceu alguém beneficiou mas não foi toda a gente da mesma maneira. Tal como no ano anterior o investimento foi nulo e a execução orçamental não vai além dos 50%, para além de haver 2,7 milhões de despesas a fornecedores que não estão contabilizadas porque não foram pagas. Anota-se ainda o aumento de transferências para algumas entidades de onde se destaca a ADEREM com 132,500 euros, aos bombeiros, Santa Casa da Misericórdia e Fábrica da Igreja Paroquial, à Associação da Granja e Grupo Columbófilo que passou de 6.000 em 2011 para 8.000 euros em 2012. São de facto valores com significado em tempos de crise. Mais referiu que fica preocupado quando a senhora vereadora refere na sua declaração de voto que existem irregularidades ao nível das despesas no concerne à CGA e segurança social. Verificam-se aumentos significativos nas transferências, na gestão dos equipamentos municipais e na gestão das infraestruturas, que deveriam merecer reflexão. Finalmente declarou: "Estamos perante mais umas contas reveladoras do estado de falência total a que esta Câmara chegou. O que podemos esperar no futuro com politicas semelhantes à custa dos mouranenses e porventura do orçamento geral do estado? Há de facto que arrepiar caminho. Passaram quase oito anos e estou desiludido por não conseguir alterar este estado de coisas, já não tenho tempo. Creio que desempenhei o meu papel, outros se acomodaram e outros se limitaram a criticar pretendendo ver-me pelas costas. Deixo a actividade neste concelho, saio com a experiência enriquecida, mas triste e desiludido, mas com esperança que o futuro seja melhor para Mourão e para os Mouranenses".





O Sr. Henrique Oliveira para referir que concordando com o que foi dito pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Luz e com a maior parte do referido pelo Sr. Cerveira Dias, analisou a documentação que lhe foi enviada, donde resultou um texto do seguinte teor:

"Controlo orçamental da despesa e da receita:

Compromissos por pagar: Dois milhões e oitocentos mil euros. Recordo que em 2011 eram mais de um milhão e seiscentos mil euros. Pois é, piorou.

Receitas por receber cerca de Um milhão e setecentos mil euros. Parece melhor que em 2011 que era pouco mais de setenta e oito mil euros.

Pura ilusão. As receitas são um filme de ficção. Não é ficção científica é esperteza saloia. Portanto, piorámos.

Execução do Plano Plurianual de Investimentos:

A execução financeira anual e global queda-se pelos 10,52%.

Voltando a comparar com o ano de 2011 piorámos novamente já a execução financeira anual foi de 18,70 % e a global de 31,96%.

O Plano Plurianual de Investimentos é um documento político e serve principalmente para apresentar uma boa imagem do executivo, traduzindo para linguagem popular é para fazer render o peixe. Veja um exemplo: o Milhão e seiscentos mil euros a cobrar à EDP que figuram há anos como receita e que, finalmente, aqui se dão como incobráveis.

Não devia ser assim. Mas é.

Ainda na última reunião da Assembleia Municipal que decorreu na Granja e que teve uma significativa assistência o Sr. Presidente da Câmara demonstrou à saciedade que sabe fazer política, sabe compor o ramalhete, mas também conseguiu dar a entender, a todos nós, como se ganham votos. Demonstrou saber fazer política, quando, sabendo que ninguém mais ia intervir enunciou as grandes obras que fez na Granja nos seus vinte anos de consulado. Não, não enumerou vinte, mas uma dúzia delas o que não dá uma por ano. Depois, quando uma Munícipe quis ser agradável para o Sr. Presidente da Junta e atacou o Sr. Presidente da Câmara, este lembrou-lhe o que tinha feito por ela e pelo marido este, por mero acaso, primo do Sr. Presidente. Todos nós concluímos que o sr. Presidente ajudou a arranjar a casa da Munícipe com os materiais da Câmara, em boa verdade com o dinheiro dos impostos dos contribuintes. Foi um caso entre os vários semelhantes que aconteceram no concelho e que como todos sabemos tem uma contrapartida.

Estes vários casos que referi; as festas à grande e à francesa; o pouco cuidado na governação dos dinheiros públicos conduziram a este desiderato o descalabro; quando se pensa que não pode ser pior, acontece ainda pior.

Depois enche-se a boca para dizer que em primeiro lugar estão as pessoas. Quais pessoas!? Eu respondo. As do Partido Socialista. Mas não todas, porque o barco é pequeno e já não cabem todos. O sr. Presidente deixa a Câmara no final deste mandato. O Sr. Presidente vai ter uma boa reforma, no futuro; mas o Concelho fica sem futuro.

Não queria deixar também de referir que não compreendo os montantes gastos em horas extraordinárias e em ajudas de custo. Nós sabemos que os carros e autocarros da Câmara são muito solicitados, mas não devem atingir aqueles valores que estão nos documentos.

Sobre as transferências ou melhor, sobre os montantes das transferências, não posso deixar de mencionar os 142.500 € para a ADEREM e os 8.000 € para o Grupo columbófilo de Mourão que ambos me merecem o maior respeito, mas que considero exagerados tendo em conta que as Juntas de freguesia receberam neste caso muito menos e servem mais população. Referir também os valores para a GESTALQUEVA e ASS. TRANSFRONTEIRIÇA DAS TERRAS DO GRANDE LAGO que





presumo deve ser só para dar emprego a alguém amigo. Posso estar enganado; gostaria portanto de uma explicação.

Empréstimos Bancários e Dívida a Terceiros:

Total em dívida de empréstimos de longo prazo, em 31/12/2012 atinge os Sete milhões e trezentos mil euros; somando as Dívidas a Terceiros atingimos os **treze milhões setecentos e trinta mil euros**. Para um Município que nas palavras do Sr. Presidente mensalmente faltam 100.000 €, como se vai resolver esta situação?!

Refere-se no memorando que o Município não recorreu a empréstimo no último ano, não refere, contudo, a causa de não ter recorrido que se prende afinal porque não pode, ninguém lho emprestou.

Por último queria também referir as receitas provenientes de vários organismos do Estado, isto é do Governo Central, como a Segurança Social e o Instituo de Emprego e outros que têm contribuído para o Município ajudar a combater o desemprego, mas que o Executivo assume como causa própria distribuindo por quem melhor serve os seus interesses e sempre concedido como favor do Sr. Presidente.

Mas isto é o pão nosso de cada dia. É falta de seriedade política. Mas mais grave ainda é a exploração de quem está necessitado e carente; que procura ajuda por direito e recebe-a como favor.

Após esta minha exposição vou concluir votando contra a prestação de contas.

O Sr. Joaquim Valadas para realçar a brutal verba atribuída à ADEREM, superior ao recebido pelas três Juntas de Freguesia do concelho. No que diz respeito à verba transferida para a Junta de Freguesia de Granja de 21.900 euros, é certo que 5800 euros foi verba que transitou de 2011 de gasóleo consumido pelas máquinas da Câmara, pelos carros da Junta e da Associação da Granja (Centro de Dia) e das carrinhas da caça. Seguidamente perguntou a que diz respeito a transferência em espécie para Junta no valor de 16.000 euros? Mais referiu que reduzindo-se o passivo anualmente como aconteceu em 2012, em pouco mais de 100 mil euros, sabendo-se que o passivo é de vários milhões, para quantos anos durará a dívida do Município. Finalmente salientou que o prazo médio de pagamento de facturas no final do 1.º semestre de 2012 era de 385 dias e actualmente é 429 dias, o que é sintoma de maiores dificuldades de pagamento.

O Sr. Presidente da Câmara para referir que se não tem havido cortes nas transferências para as autarquias, não aumentava a dívida. Ao aderir-se ao PAEL toda a facturação com mais de 90 dias não foi possível pagar, pelo que o prazo médio de pagamento a fornecedores aumentou significativamente.





A Sra. Vereadora Anabela Caixeiro para explicar a sua declaração de voto perguntando o que chama o Sr. deputado Cerveira Dias à falta de pagamento à segurança social, à CGA e a outras entidades do estado? Ela chama a isso irregularidades e vai mais longe, chamando-lhe crime.

O Sr. Rui Pereira para dar os parabéns aos técnicos que elaboraram os documentos de prestação de contas, que através dos gráficos ajudam a esclarecer os membros. A execução orçamental não é certamente a desejável, mas dentro do actual quadro económico será a possível. Mais lembrou que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Granja disse na última sessão que a Câmara não tinha dado dinheiro para o gasóleo quando vem agora dizer que recebeu 5.000 euros. Mais disse que se forem contabilizadas as verbas referentes aos vencimentos dos trabalhadores afectos às Juntas de Freguesia isso representará muitos milhares de euros. Finalmente lembrou que mais uma vez não foi realizada a sessão da Assembleia de Freguesia de Granja, logo aquela onde deveria ser apreciada a prestação de contas.

O Sr. Francisco Oliveira para referir que o Sr. Presidente da Câmara dá a entender que tem este montante de dívida porque os governos lhe retiraram algumas verbas. Mas o certo é que só há 2 ou 3 anos é que isso aconteceu, mas no entanto a dívida já era quase a mesma. Mais lembrou que os custos com o pessoal do Município a exercer funções nas freguesias não podem ser contabilizados como transferências para aquelas entidades, pois eles executam tarefas que são atribuições do Município e muitas vezes as juntas ainda dispõem das suas próprias verbas. Finalmente frisou que a ADEREM recebe mais verbas que as Juntas de Freguesia.

O Sr. Joaquim Valadas para referir que os 5.000 euros já transitaram de 2011, e que aquela verba não é nenhuma transferência, pois assim que o recebeu foi pagar ao fornecedor do combustível. Mais referiu que todos os dias os trabalhadores da Junta de Freguesia fazem serviços que são atribuição do Município, como recolha de monos e limpeza de ruas, reparação de roturas, etc, e não deixará de os fazer em benefício da população da Granja. Referiu também a importância que a freguesia de Granja representa na obtenção dos fundos para o Município, pois representa um terço da população e da área do concelho. Finalmente referiu que o Sr. Rui Pereira já por algumas vezes tem tomado sem êxito, uma atitude guerreiro ou bombeiro em defesa da corte. Ele é um fidalgo desta corte, mas não me parece que tenha porte atlético para guerreiro. Para bombeiro parece não desempenhar bem a função, porque pega mal na mangueira e direcciona mal a agulheta, e em vez de apagar fogos ateia-os e propaga-os. Será que quer deitar serradura para os olhos das pessoas e não vê a lástima dos arruamentos deste concelho ou o estado das rotundas ou da periferia de Mourão. Tem tantas coisas negativas neste concelho e só consegue referir-se ao





facto de não se realizar uma Assembleia de Freguesia na Granja porque infelizmente os computadores avariaram.

O Sr. Rui Pereira para referir que a resposta que o Sr. Joaquim Valadas quer ouvir não lha vai dar, no entanto pede que a intervenção seja escrita na integra pois fez acusações graves, ofendendo-o sem motivo, apenas por ele ter dito que há três anos que a sessão de Abril da Assembleia de Freguesia de Granja não se realiza, e que é obrigatória.

O Sr. Presidente da Câmara para referir que cada um tem direito a ter a sua opinião. Todas as freguesias têm a sua participação nas receitas municipais, umas mais e outras menos, consoante a sua dimensão, mas também por isso cada uma tem receitas diferentes. Mais lembrou que deve é haver colaboração para que os munícipes vejam os seus problemas resolvidos, embora cada um tenha uma visão própria da forma de os resolver. Mourão não tem só coisas más. Também tem muitas boas que é por isso que as pessoas cá vivem. Em termos de administração e gestão cada um tem também a sua visão e estratégia, que deve ser respeitada. Finalmente recordou que não se deve nada à segurança social e que a dívida à Caixa Geral de Aposentações está a ser resolvida através de planos de pagamento, e quando tem sido chamado a responder sobre os vários processos de execução fiscal que já foram instaurados ao Município, sempre assumiu que a responsabilidade é sua e não dos vereadores ou de qualquer trabalhador. Sobre a questão da ADEREM ter recebido mais verbas lembrou que tem sido através daquela associação que têm sido ajudadas muitas famílias carenciadas do concelho.

Não havendo mais objecções ou pedidos de esclarecimento, o Sr. Presidente da Mesa colocou a referida acta à votação, a qual foi aprovada, por maioria, com oito votos a favor, seis votos contra dos senhores Joaquim Caeiro, Francisco Oliveira, Henrique Oliveira, Sara Correia, Manuel Cerveira Dias e Ricardo Cartaxo, e uma abstenção do senhor Joaquim Valadas.

PERIODO ABERTO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia perguntou se algum munícipe pretendia intervir, tendo solicitado a palavra, que lhe foi cedida, os senhores:

O Sr. Joaquim José Arranhado Bação, residente em Mourão, para informar que aquando da realização há dias de um casamento de ciganos, seis ou sete indivíduos ciganos quiseram entrar na Adega Velha, apresentando-se embriagados, pelo que não permitiu a sua entrada, sob pena de estragarem o ambiente do restaurante. Seguidamente queriam chamar a GNR e mostraram-lhe uma navalha e ofenderam-no. Foram depois para o café forcado onde arranjaram desacatos. Sabendo que o Sr. Presidente da Câmara se encontrava em determinado local num convívio, abordou contando-lhe o sucedido, tendo o





Sr. Presidente ficado indisposto por isso. Considera que os ciganos são um problema sério em Mourão, não respeitam a propriedade, roubam tudo e mais alguma coisa, ofendem e maltratam as pessoas. Os roubos e os atropelos banalizaram-se e ninguém liga importância ou os chama à responsabilidade. Já há dez anos que veio aqui à Assembleia relatar o sucedido ao Sr. Venceslau com os ciganos, mas os responsáveis desvalorizaram a situação e ficou tudo em águas de bacalhau, branquearam o assunto. Em todas estas coisas só quem sai a ganhar são os políticos que ganham com os votos dos ciganos, que não são poucos, e em contrapartida os ciganos fazem casamentos com água, electricidade e outras coisas de borla. Não pretende arranjar nenhuma guerra nem com os ciganos nem com os políticos. Precisa é de paz para se preocupar com a sua família e com os seus empregados e clientes. Os políticos é que ganham e têm o tempo e o dever de resolver estes problemas.

O Sr. Renato Fernandes Canete, residente em Mourão, para informar que mais de uma dezena de jovens de Mourão praticam desporto em Reguengos, por falta de apoios em Mourão. A Câmara apoiava o hóquei em patins mas ao retirar esse apoio não foi possível manter a actividade, o mesmo sucedendo com o futsal, que até tinha bons resultados desportivos. O desporto também é uma forma de formação das pessoas pelo que as entidades que gerem o concelho têm a obrigação de ajudar na formação das crianças, mas tem sido retirado o apoio às actividades desportivas, à excepção de uma e pergunta quantas crianças praticam a columbofilia em Mourão?

Seguidamente perguntou o que se prevê para o posto de S. Leonardo que custou ao Município trinta mil contos? Foi cedido por um período de vinte anos ou até que a Gestalqueva lhe interessa-se, para um posto turístico, mas como a Gestalqueva vai ser extinta o que irá acontecer ao posto? Antes houve um projecto feito gratuitamente, bastante ambicioso com a participação da Junta da Extremadura Espanhola, que previa um posto fronteiriço de turismo que abrangia aquela zona espanhola e todo o Alentejo, que com a mão-de-obra do Município poderia ter sido levado por diante. Ficou admirado que em vez disso foi cedido gratuitamente à Gestalqueva e agora está apenas a ser utilizado para pastagem de umas ovelhas.

Seguidamente o Presidente da Câmara para referir que quando se pretende atacar o Presidente ou a Câmara chama-se o assunto dos ciganos mas depois quando querem apanhar a azeitona também chamam os ciganos. Não defendendo os ciganos referiu que há leis para cumprir e eles pediram o licenciamento para realizar o casamento e obtiveram pareceres favoráveis dos serviços de saúde pública, da Guarda Nacional Republicana, pelo que a Câmara não poderia indeferir o pedido. Eles não podem ser impedidos de entrar nos cafés, devem é ter comportamentos correctos e quando tal não acontece deve chamar-se a autoridade responsável pela segurança. O que não acontece é a Câmara dizer que a culpa é





da GNR e vice-versa. Relativamente a ter ficado indisposto por ter sido abordado num seu momento de lazer e por o Sr. Bação estar muito nervoso face ao que lhe tinha sucedido.

Sobre o projecto de ideias para S. Leonardo informou que o mesmo não foi aprovado por nenhuma entidade. Informou também que o Grupo Columbófilo também desenvolve actividades com as crianças e que sempre se tem dado apoio a todas as associações existentes e em actividade.

E, por nada mais haver a tratar, o Sr. Presidente da Mesa declarou encerrada esta sessão, eram 24,00 horas. Para constar se lavrou a presente acta que foi aprovada, por *Muciona*, na sessão de 28 de Junho de 2013, e vai ser assinada pelos membros da Mesa e por mim, Vítor Manuel Leal Vidigal, secretário, que a redigi e subscrevo.

O Presidente da Mesa da Assembleia,

O Primero-Secretário,

O Segundo-Secretário,

O Coordenador técnico, servindo de chefe de divisão

Hawary